

A meta de crescimento compatível com superávit

A meta de crescimento de 6% da economia entre 1986 e 1989 é compatível com a obtenção de superávits comerciais da ordem de US\$ 10 a US\$ 12 bilhões no transcorrer desse período, que coincide com a execução do 1º Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), garantiu ontem o ministro João Sayad, do Planejamento.

Ele disse que as projeções que resultaram nestes números foram bastante conservadoras, em termos de juros sobre o dólar norte-americano, da expansão da economia mundial e das importações de petróleo.

O ministro disse ainda que o Brasil não pode comprometer-se a não tomar novos empréstimos de bancos estrangeiros "pelo resto da vida", como previam as negociações que estavam sendo levadas pelo governo anterior, defendendo que os Bancos concedam recursos pelo menos ao nível da inflação nos países ricos. Para Sayad, o aporte de dinheiro novo tem duas virtudes, pois ajudam na reativação econômica do País e mantêm a dívida externa em termos reais constantes, embora ela possa crescer nominalmente.

O ministro do Planejamento ga-

rantiu que "está atento" quanto à pontualidade com que devem ser liberados os recursos para os programas sociais do governo, informando que ainda ontem foram autorizados Cr\$ 198 bilhões para o Programa de Prevenção e Combate à doença de Chagas. Disse, também, que, em 1986, as verbas destinadas à área social deverão duplicar em termos reais (considerando a inflação). Para este ano, as prioridades sociais receberão Cr\$ 12,8 trilhões.

Sayad confirmou que o governo, ao longo da vigência do 1º PND, executará um plano de saneamento financeiro das empresas estatais, do qual consta a "compra" das dívidas destas empresas pelo Tesouro da União. Citou o caso da Siderbrás, Eletrobrás e Rede Ferroviária Federal que, na opinião do ministro, são rentáveis, mas padecem de problemas crônicos de endividamento, com elevados encargos financeiros. Disse que depois de "saneadas", o governo terá plenas condições de colocar ações destas empresas no mercado, dentro do programa de semiprivatização, pois a União não admite perder o controle acionário das estatais consideradas estratégicas.